

Superior Tribunal de Justiça

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 20.116 - DF (2013/0126022-3)

RELATOR : **MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE : **GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA**
ADVOGADO : **FABIANA REGINA SIVIERO E OUTRO(S)**
ADVOGADOS : **RENATA SARAIVA DE OLIVEIRA VERANO**
: **RAFAEL BARROSO FONTELLES**
: **FELIPE MONNERAT SOLON DE PONTES E OUTRO(S)**
ADVOGADOS : **MARIA LEMUS PEREIRA**
: **EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA**
IMPETRADO : **CORTE ESPECIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**
INTERES. : **UNIÃO**

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DA PRÓPRIA CORTE ESPECIAL DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 267/STF. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA DA DECISÃO. MANDADO DE SEGURANÇA NÃO CONHECIDO.

1. A sistemática processual pátria somente admite, em princípio, a devolução do julgamento ao mesmo órgão por meio da oposição de embargos de declaração, nas hipóteses do art. 619/CPP.
2. É incabível a impetração de mandado de segurança dirigida ao órgão especial do Tribunal prolator da decisão atacada. Precedentes.
3. "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso" (Súmula 267/STF).
4. Não há falar em teratologia da decisão que, após exaustiva fundamentação, comina multa diária a empresa que não cumpre ordem de quebra de sigilo telemático deferida em inquérito judicial.
5. Mandado de segurança não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da CORTE ESPECIAL do Superior Tribunal de Justiça, A Corte Especial, por unanimidade, não conhecer do mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Sidnei Beneti, Jorge Mussi, Raul Araújo Filho, Ari Pargendler, Gilson Dipp, Nancy Andrigli, Laurita Vaz e Castro Meira votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Eliana Calmon, Francisco

Superior Tribunal de Justiça

Falcão, João Otávio de Noronha e Maria Thereza de Assis Moura.

Convocados os Srs. Ministros Jorge Mussi e Raul Araújo Filho.

Sustentou oralmente, pela impetrante, a Dra. Ana Paula de Barcellos.

Brasília (DF), 16 de setembro de 2013(Data do Julgamento)

MINISTRO FELIX FISCHER

Presidente

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA

Relator